



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 21.9.2015

C(2015) 6373 final

*Sua Excelência a Presidente da Assembleia
da República*

Dr.ª Maria da Assunção Andrade ESTEVES

Palácio de S. Bento

P – 1249-068 LISBOA

Excelência,

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o seu parecer sobre o Livro Verde Construção de uma União dos Mercados de Capitais {COM(2015) 63 final}, bem como o seu apoio à criação de um mercado único dos capitais para os 28 Estados-Membros.

O Livro Verde procura identificar todas as barreiras e obstáculos que atualmente impedem que as poupanças sejam canalizadas para investimentos produtivos em infraestruturas e empresas. Para realizar esta análise corretamente, a Comissão necessita dos contributos dos Estados-Membros, deputados, consumidores e indústria. O parecer da Assembleia da República e as contribuições conexas¹ revestem-se de particular importância neste contexto.

As mais de 700 respostas que a Comissão recebeu no âmbito da sua consulta sobre a União dos Mercados de Capitais e das consultas conexas sobre a titularização e a Diretiva Prospetos demonstram o grande interesse suscitado pelo projeto, que o Presidente Juncker definiu como uma das principais prioridades da Comissão. O retorno de informação da maioria dos inquiridos confirma que a Comissão está no bom caminho, que se concentra nas áreas devidas e que é adequado adotar uma abordagem por fases, que combine a ambição a longo prazo com medidas práticas imediatas.

Alguns domínios têm potencial para proporcionarem benefícios rápidos. O Livro Verde já definiu um certo número de ações prioritárias a curto prazo, como, por exemplo, a aplicação do Regulamento relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo, a

¹ Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, Entidades promotoras de *crowdfunding* e Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

titularização de elevada qualidade, a disponibilidade de informação sobre a solvabilidade das PME, o investimento privado e a revisão da Diretiva Prospetos.

O objetivo da Comissão é definir todo o leque de ações prioritárias necessárias para criar a União dos Mercados de Capitais em finais de setembro de 2015. Deverão ser adotadas algumas medidas iniciais nos próximos meses, nomeadamente uma proposta da Comissão relativa a produtos de titularização simples, transparentes e normalizados com subseqüente calibrações atualizadas para o quadro prudencial dos bancos e das companhias de seguros e uma proposta da Comissão destinada a modernizar a Diretiva Prospetos. Ao tomar medidas para rever a Diretiva Prospetos, a Comissão pretende reduzir as barreiras ao acesso aos mercados e melhorar a qualidade da informação prestada aos investidores. Através da criação de um mercado de titularização sustentável, a Comissão pode contribuir para alargar a base de investidores e reforçar a capacidade da Europa para financiar a sua economia. A Comissão agradece o apoio manifestado pela Assembleia da República a estas duas medidas.

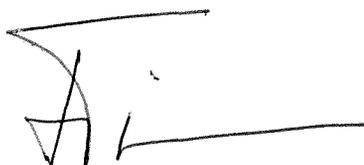
A Comissão partilha a opinião segundo a qual a União dos Mercados de Capitais não deverá consistir na redução do financiamento bancário em favor dos mercados de capitais. Desenvolver o financiamento do mercado não significa reduzir o financiamento bancário – com efeito, revitalizar a titularização numa base mais sustentável poderá permitir aos bancos conceder mais empréstimos ao transferirem o risco de forma segura para fora dos seus balanços. Os bancos também desempenham um papel fundamental na oferta de serviços de intermediação nos mercados de capitais.

A criação de um mercado único de capitais é um projeto de longo prazo. O plano de ação não se limitará às áreas em que podem ser feitos progressos rapidamente. Também enfrentará os obstáculos de longa data, que estão profundamente enraizados e que são salientados no parecer da Assembleia da República. Estas questões estão relacionadas, por exemplo, com as restrições ao investimento, as divergências no domínio da fiscalidade e os regimes de insolvência, etc.

A Comissão concorda que é importante acompanhar os potenciais riscos sistémicos futuros decorrentes do financiamento baseado no mercado. À medida que os mercados de capitais europeus se forem desenvolvendo, será importante assegurar que os riscos sistémicos não se acumulem sem controlo e que o conjunto de instrumentos regulamentares continue a ser adequado para lidar com esses riscos.

A Comissão está agora a esforçar-se por traduzir as ideias que emergiram da consulta sobre a União dos Mercados de Capitais num conjunto de ações concretas que serão definidas no plano de ação. Os contributos das autoridades públicas portuguesas serão cuidadosamente analisados neste contexto e a Comissão congratula-se com o empenhamento contínuo da Assembleia da República ao longo deste processo.

A Comissão espera poder prosseguir o nosso diálogo político no futuro.



*Frans Timmermans
Primeiro Vice-Presidente*



*Lorde Jonathan Hill
Membro da Comissão*